

Regras para os cursos no exterior

educação

Deise Leobet
de Brasília

O número cada vez maior de brasileiros que passam pelo menos uma parte de suas vidas trabalhando no exterior, um dos reflexos da globalização dos mercados, forçou o Ministério da Educação (MEC) a criar mecanismos mais flexíveis para a validação dos currículos obtidos fora do País.

Ainda neste ano, o MEC passará a realizar exames supletivos em outros países para estudantes brasileiros que concluíram o ensino fundamental (1ª à 8ª séries) ou o ensino médio (antigo segundo grau) no estrangeiro. O exame acabará com entraves burocráticos e com as resistências de escolas brasileiras em aceitar currículos de instituições de ensino no exterior.

O primeiro passo para a concretização da mudança foi dado ontem, com a homologação, pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza, do parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) que estabelece normas para estudantes e escolas brasileiras sediadas no exterior.

O parecer também cria regras específicas para validar o ensino de escolas brasileiras que funcionam em outros países. A nova legislação estabelece normas e linhas pedagógicas, baseadas nas diretrizes curriculares nacionais, que deverão ser

cumpridas à risca por esses estabelecimentos para que tenham seus currículos validados pelo MEC.

Ainda não se sabe quantos alunos poderão ser beneficiados com os exames supletivos. Mas não serão poucos. Dados do Ministério das Relações Exteriores (MRE) apontam que somente nos Estados Unidos, Paraguai e Japão, onde se concentram as três maiores colônias de brasileiros no exterior, vivem cerca de milhão de cidadãos tupiniquins.

Os 235 mil brasileiros residentes no Japão, dos quais pelo menos 36 mil têm entre 5 e 19 anos, serão os primeiros a se beneficiar. Um dos motivos é que as barreiras pedagó-

gicas e lingüísticas japonesas dificultam a aceitação daqueles que retornam ao Brasil. Nos próximos dias 20 e 21 de novembro, as cidades de Tóquio, Nagóia, Hamamatsu e Osumi sedearão os primeiros testes. As provas serão elaboradas pela Secretaria de Educação do Paraná, que tomou a iniciativa de fazer o supletivo depois de receber milhares de pedidos de descendentes de japoneses residentes no Estado.

A partir do próximo ano, o MEC pretende expandir o exame para outros países. Até lá, novos testes serão preparados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).